

## Contribuição para a Discussão da BNCC 2017<sup>1</sup>

Maria Constança Peres Pissarra<sup>2</sup> & Sônia Campaner Miguel Ferrari<sup>3</sup>

### Resumo

Lemos na BNCC recentemente publicada: "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 2017). A BNCC estabelece os fundamentos que orientam a educação pública brasileira do ensino infantil e fundamental. Vamos centrar nossa análise do documento na introdução e principalmente no item "Os fundamentos pedagógicos da BNCC, para então tecermos alguns comentários sobre a visão geral de educação do documento, e o tratamentos que o documento dá às várias áreas. Partimos da concepção de que ao mesmo tempo em que a educação atual enfatiza a importância de uma educação tecnicista, com ênfase na formação de técnicos especializados para o mercado de trabalho, ela, de forma contraditória, prevê a presença de elementos de uma educação humanista – cujo sentido precisaremos também especificar – que aparecem de maneira vertical nos currículos. Para nós o prejuízo de tal tratamento é tanto para as chamadas ciências humanas, que são tratadas como apêndices de uma educação técnica, como para as ciências da natureza, cujo desenvolvimento se vê prejudicado por uma concepção técnica que vê a ciência não como um ramo da atividade humana que tem potencial para alargar o conhecimento, mas como atividade com fins lucrativos. Por fim, este último tema já por si só bastante problemático será discutido ao final visando comparar a frase colocada no início com a proposta geral da BNCC e um pouco da prática escolar das últimas décadas.

Palavras-chave: Educação pública; Educação tecnicista; BNCC; Brasil.

---

1 Este texto foi escrito em Português do Brasil. VERSÃO PROVISÓRIA.

2 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Email: mcpp@pucsp.br..

3 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Email: soniacamp@pucsp.br.

## **Contribution to the Discussion of the BNCC 2017**

### **Abstract**

We read in the recently published BNCC: "education, a right of all and duty of the State and the family, will be promoted and encouraged with the collaboration of society, aiming at the full development of the person, his preparation for the exercise of citizenship and his qualification for work" (Brasil, 2017). The BNCC establishes the foundations that guide Brazilian public education in early childhood and elementary school. We will focus our analysis of the document on the introduction and especially on the item "The pedagogical foundations of the BNCC, and then make some comments about the general view of education in the document, and the document's treatment of the various areas. We start from the conception that while current education emphasizes the importance of a technicist education, with emphasis on the training of specialized technicians for the labor market, it, in a contradictory way, foresees the presence of elements of a humanistic education - whose meaning we will also need to specify - that appear vertically in the curricula. For us, the damage of such treatment is as much to the so-called human sciences, which are treated as appendages of a technical education, as to the natural sciences, whose development is hindered by a technical conception that sees science not as a branch of human activity that has the potential to broaden knowledge, but as an activity for profit. Finally, this last theme, already problematic in itself, will be discussed at the end with the aim of comparing the sentence placed at the beginning with the general proposal of the BNCC and some of the school practice of recent decades.

Keywords: Public education; Technicist education; BNCC; Brazil.

A educação não deve ter por objeto propagar tais ou quais opiniões, enraizar nos espíritos princípios úteis a certas opiniões, mas instruir os homens a respeito dos fatos que lhes importa conhecer, colocar sob seus olhos as discussões que interessam aos seus direitos ou à sua felicidade, e oferecer-lhes os recursos necessários para que eles possam decidir por si mesmos. (Condorcet, 1791).

## Introdução

Em seu texto *Cinco memórias sobre a instrução pública*, de 1791, citado acima em epígrafe, Condorcet<sup>4</sup> afirma a necessidade do sistema de educação francês ser gratuito, universal e independente. O autor alerta para a instrução pública como uma tarefa do Estado, pois a liberdade dos cidadãos é proporcional ao desenvolvimento do conhecimento e se no lugar deste germina a ignorância, é a própria soberania do povo que está em risco e cede lugar à tirania. Só o acesso universal à educação pode garantir a democracia. Mas, para que essa autonomia da sociedade ocorra, nenhum catecismo pode se impor, nem o político, nem o religioso.

A herança republicana da Revolução Francesa, por mais atual que seja e ainda continuamente invocada<sup>5</sup>, nem sempre está presente nos documentos oficiais resultantes das reflexões de diferentes sociedades sobre sua concepção de educação. É o caso, no Brasil, do atual Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) e da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017).

Lemos na BNCC recentemente publicada: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 2017). A BNCC estabelece os fundamentos que orientam a educação pública brasileira do ensino infantil e fundamental. Vamos centrar nossa análise do documento na introdução e principalmente no item “Os fundamentos pedagógicos da BNCC, para então tecermos alguns comentários sobre a visão geral de educação do documento, e o tratamento que o documento dá às várias áreas. Partimos da concepção de que ao mesmo tempo em

---

4 Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, Marquês de Condorcet, nasceu em Ribemont, Aisne, em 17 de Setembro de 1743. Faleceu em Bourg-la-Reine, a 28 de Março de 1794). Foi filósofo e matemático..

5 Ver Condorcet, *Cinq mémoires sur l’instruction publique*, Cap. 1.

que a educação atual enfatiza a importância de uma educação tecnicista<sup>6</sup>, com ênfase na formação de técnicos especializados para o mercado de trabalho, ela, de forma contraditória, prevê a presença de elementos de uma educação humanista – cujo sentido precisaremos também especificar – que aparecem de maneira vertical nos currículos. Para nós o prejuízo de tal tratamento é tanto para as chamadas ciências humanas, que são tratadas como apêndices de uma educação técnica, como para as ciências da natureza, cujo desenvolvimento se vê prejudicado por uma concepção técnica que vê a ciência não como um ramo da atividade humana que tem potencial para alargar o conhecimento, mas como atividade centrada em fins lucrativos. Por fim, este último tema já por si só bastante problemático será discutido ao final visando comparar a frase colocada no início com a proposta geral da BNCC e um pouco da prática escolar das últimas décadas.

Anualmente, milhares de alunos saem da escola praticamente sem nada aprenderem. O ensino fundamental e médio expressam, assim, um desastre incomparável no prejuízo que causam. Pouco depois do início da segunda metade do século XX, nos anos 70, o déficit educacional brasileiro sofreu uma mudança significativa sob a ditadura: ao mesmo tempo que o sistema se expandia, a classe média prosperava e deixava o ensino público para migrar para o sistema privado<sup>7</sup>.

Inaugurava-se, assim, um profundo movimento em direção à desigualdade que não mais parou de crescer e aumentar o fosso provocado. E frente a isso o “único remédio é uma instrução igualmente distribuída. Quando a lei torna os homens iguais, a única distinção que os divide em várias classes é a que vem de sua educação. O filho do rico não será da mesma classe que o filho do pobre, se nenhuma instituição pública os aproximar pela instrução, (...). Haverá, pois, uma distinção real, que as leis não poderão destruir, e que, estabelecendo uma verdadeira separação entre os que possuem luzes e o que delas são privados, constituirá um instrumento de poder para uns e não um meio de felicidade para todos” (Condorcet, 1994, 63-64).

## **Pressupostos da Base Nacional Comum Curricular**

O Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014 tem propostas positivas, como por exemplo, alfabetizar todas as crianças até o final do 3.º ano do Ensino Fun-

---

6 A pedagogia tecnicista surge nos Estados Unidos na segunda metade do século XX e chega ao Brasil entre as décadas de 60 e 70, inspirada nas teorias behavioristas da aprendizagem, onde dever-se-ia moldar a sociedade à demanda industrial e tecnológica da época. (ver Ordine, 2016; Teixeira, 2007).

7 ver INEP (1996) e também o artigo que trata do mesmo assunto em relação ao ensino superior (Martins, 2002).

damental. No entanto, continuamos no 65º lugar na classificação do PISA, com 35% dos alunos da escola pública que chegam ao final do 3º ano sem saberem escrever e 22% são analfabetos funcionais, não sabem ler.

Em atraso com relação a América Latina, recuperar o tempo perdido é uma tarefa imperiosa, se, de fato, queremos ser uma democracia e não um arremedo dessa forma de governo. A compreensão, mas principalmente a prática de uma sociedade democrática, tem como pré-requisito uma universalização da alfabetização para garantir o acesso a uma sociedade crítica e de direitos e não de estamentos. Um grande paradoxo aí está posto: o maior número de crianças junto com a melhor educação, ou seja, o grande desafio é dar uma educação de qualidade ao maior número possível de alunos, para assim atacar a desigualdade arrasadora de qualquer modelo que se pretenda universal.

É impossível a um modelo desequilibrado de educação resultar na formação de um indivíduo apto a refletir politicamente sobre as questões do seu tempo. Tampouco a formação profissional tem sido seu alvo, pois não prepara indivíduos com igual condição de acesso a competitividade social e econômica. Ora, como é possível formar um espírito crítico capaz de pensar antes de decidir e democraticamente tomar posições? A equação não fecha e seu resultado é a raivosa proposta por uma Escola sem partido.

E, foi com esse quadro como pano de fundo, que a terceira versão<sup>8</sup> do texto sobre a **Base Nacional Comum Curricular - BNCC** (Brasil, 2017) – proposto por um governo de baixa popularidade e avesso as práticas democráticas<sup>9</sup> – foi encaminhado ao **Conselho Nacional de Educação (CNE)** em julho de 2017, ao mesmo tempo que começaram as audiências públicas<sup>10</sup> por todo o país. Em tese, as contribuições ali colhidas deveriam subsidiar o documento a ser reunido ao projeto de resolução, a ser homologado pelo **Ministério da Educação (MEC)** para então ser instituído como lei nacional. No entanto, vários são os problemas com a BNCC. Quando da sua concepção no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBE (Brasil, 1996), a construção de uma base nacional comum previa o estudo da língua portuguesa, da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e

---

8 A primeira versão foi apresentada em 2015 ainda no governo Dilma Rousseff.

9 Duas críticas principais são feitas ao documento: primeiro, ter sido escrito a portas fechadas, diferentemente da versão original; em segundo lugar, o fato do governo ter construído a Base de Educação Infantil e do Ensino Fundamental separadamente do Ensino Médio, claramente abrindo um fosso entre os objetivos da educação básica como um todo. É importante salientar que a primeira parte da Reforma a ser iniciada em 2018, deve ser orientada pela Base do Ensino Médio.

10 No total, foram 5: Manaus (07/07), Recife (28/07), Florianópolis (11/08), São Paulo (25/08) e Brasília 11/09).

política. Já o artigo 23 afirmava a autonomia das escolas para se organizarem em séries, períodos ou ciclos com base na idade, competência ou outro critério, desde que fosse priorizado o interesse do processo de aprendizagem<sup>11</sup>. Posteriormente, em 1998, os **Parâmetros Curriculares Nacionais** (PCN, 1997) passaram a orientar as escolas a trabalharem com ciclos e competências. A mesmo tempo, as provas de português e matemática passaram a abranger toda a rede pública e a pautar os currículos, bem como o *ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio*.

Acrescente-se a isso, a pressão feita por grupos distintos que, se de um lado conseguiram introduzir conteúdos identificadores dos conflitos presentes em uma sociedade desigual e injusta, por outro, reafirmaram uma concepção fragmentada e conteudista presente na divisão disciplinar: arte, educação física, língua inglesa, filmes nacionais, direitos humanos, história e cultura afro-brasileira e indígena e ensino religioso.

Um novo documento, as *Diretrizes Curriculares Nacionais* (DCN), de 2013, mantiveram e reafirmaram a compreensão da LDB muito mais defensora de valores e práticas do que de conteúdos, recomendando a abordagem interdisciplinar como forma de evitar a fragmentação, ao mesmo tempo que sugeriu a integração das disciplinas em diferentes áreas de conhecimento: linguagem, ciências da natureza, ciências humanas, ensino religioso e matemática.

Foi nesse horizonte, como acima referido, que o *Plano Nacional de Educação* ao entender a BNCC como uma estratégia, passou à construção desse modelo. Os agentes envolvidos nesse processo além do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), foram o Conselho de Secretários de Educação (CONSED), a União dos Dirigentes Municipais (UNDIME) e o Movimento pela Base<sup>12</sup>. Infelizmente, as alternâncias dos mandatários nos diversos níveis – seja pelo final do tempo de representação, seja pela alternância nos mesmos por interesses político-partidários –, além da crise política e econômica cada vez mais aprofundadas no país, acabaram por radicalizar posições sem que um amplo debate nacional tivesse ocorrido. Das incompletas consultas públicas iniciais, passou-se às reuniões às portas fechadas que resultaram

---

11 Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei. (Brasil, 1996).

12 Grupo criado em 2013 e formado por profissionais da educação.

no documento aprovado pelo CNE e homologado cinco dias depois, no dia 20 de dezembro de 2017, pelo ministro da Educação. A partir de 2018, a BNCC passa a regulamentar a educação brasileira da Educação Infantil<sup>13</sup> ao Ensino Fundamental<sup>14</sup>. Ficou de fora, para posterior discussão, a base referente ao Ensino Médio inicialmente presente nas duas versões anteriores, mas retirada da atual terceira versão, muito mais por interesses externos de alguma forma defendidos pelo atual governo, do que pelo aprofundamento da reflexão sobre o que é uma base curricular nacional, seu objetivo e importância.

Diante desse quadro, o CNE defendeu um parecer técnico, em sintonia com a legislação vigente<sup>15</sup> que estabelece no PNE a necessidade da aprovação de uma BNCC e sem maiores confrontos com o MEC. Ao se tornar simples protagonista, o CNE apenas oficializou um documento anteriormente já definido, a perpetuar o poder dos grupos empresariais atuantes no país ao abrir mão de discutir questões importantes, como a dos componentes curriculares e a de gênero, além de pontos conflitantes, como a antecipação do tempo máximo de alfabetização e a reintrodução do ensino religioso.

Além desse processo atabalhado quanto a sua implementação sem que um amplo processo de aprofundamento das discussões pudesse acontecer, o retorno da pedagogia das competências e a ênfase nas habilidades socioemocionais, passaram ao largo das preocupações do CNE e apenas denotam a fúria reformadora do atual governo e dos setores empresariais interessados na aprovação da BNCC, como o Movimento pela Base Nacional Comum que abarca as Fundações Lemamm e Todos pela Educação, o Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação). É preciso perguntar a quem interessa a aprovação da Base como está, pois certamente “o compromisso da educação brasileira com a formação humana integral e com a construção de uma cidade justa, democrática e inclusiva”, desaparece ao longo de um texto fragmentado e burocratizado. O passo seguinte foi a aprovação pelo ministro da Educação, Mendonça Filho e a consequente preparação das escolas, ao longo de

---

13 A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e está vinculada a uma idade própria: atende crianças de zero a três anos na creche e de quatro e cinco anos na pré-escola. No art 29 da LDB sua finalidade é o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

14 Equivale a segunda etapa da educação básica, dura nove anos e vai dos 6 aos 14 anos. É obrigatória a todas as crianças nessa faixa etária.

15 Ver meta 7 do PNE.

2018, para a implementação das novas diretrizes, uma vez que até 2020 deverão estar implantadas em todas as escolas do território nacional<sup>16</sup>.

## **Sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Aplica-se à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e indica conhecimentos e competências que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)<sup>7</sup>, a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (Brasil, 2017, p. 7)

O texto acima corresponde ao primeiro parágrafo do documento da BNCC. Como todo documento desse caráter, oficial e geral, afirma diretrizes que qualquer um de nós aceitaria. Sabemos, porém, que nada é o que parece ser: os princípios afirmados em todo o documento, para serem realizados e postos em prática, necessitam preparação e recurso humano (Brasil, 2017, p. 8), planejamento e recursos financeiros.

Vamos nesta parte do texto nos ater à questão da preparação dos professores, pois essa é uma questão crucial para que a educação produza os efeitos que pretende. A abordagem desse tema vai se dar na relação com os objetivos que a BNCC coloca como essenciais: “formação humana integral, construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”.

Um dos problemas que se pretende que a BNCC ajude a superar é o da fragmentação das políticas educacionais, porém desde Paulo Freire<sup>17</sup> sabemos que esse não é o problema da educação brasileira. As diferenças regionais devem ser respeitadas.

---

16 Conforme notícias oficiais no site do governo a BNCC iniciou-se em 2020. Cf. link <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2019/09/base-nacional-comum-curricular-comeca-nas-escolas-em-2020>. Não se tem no entanto notícias dos resultados dessa aplicação. No link a seguir encontra-se um guia para a implementação da BNCC: [https://implementacaobncc.com.br/wp-content/uploads/2020/02/guia\\_implementacao\\_bncc\\_atualizado\\_2020.pdf](https://implementacaobncc.com.br/wp-content/uploads/2020/02/guia_implementacao_bncc_atualizado_2020.pdf)

17 Paulo Freire salienta que para a conquista de uma educação humanista integral é preciso saldar uma dívida histórica com a educação que cumpre uma função estratégica nos processos de democratização



A ideia de um alinhamento significa o estabelecimento de um padrão eleito como melhor do que as maneiras particulares de se ensinar e aprender. Uma das lições que o Brasil precisa aprender é que sua dimensão territorial não constitui uma exigência de padronização e homogeneização<sup>18</sup>. Estas palavras significam massificação, que é o que tem ocorrido em todos os níveis, desde à saúde até a cultura e educação. Oferecer “conteúdos mínimos” (Brasil, 2017, p. 8) não exige que esses conteúdos sejam ministrados da mesma forma. Com relação a esse ponto a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1996 reconhece a possibilidade de que os currículos possam ser diversos, desde que produzam como resultado o desenvolvimento de certas competências, porém isso também não é suficiente se a formação do professor não abre perspectivas para que ele possa desenvolver conteúdos que não seja na forma por ele recebida no ensino superior.

A base para afirmações encontradas tanto na LDB como na BNCC (Brasil, 2017, pp. 9-10) e pareceres do CNE (Conselho Nacional de Educação) é a ideia de democracia, ideia essa que subjaz a todo texto acerca da educação, que se funda sobre a questão dos direitos, da igualdade e da justiça. Voltaremos a este tema posteriormente. Reconhece-se, no entanto, que um currículo nacional não cabe num país com a diversidade e extensão territorial como o Brasil.

Lemos na BNCC:

Dessa maneira, a equidade reafirma seu compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza muitos grupos minoritários – como os indígenas e os quilombolas – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria. Igualmente, reafirma seu compromisso com os alunos com deficiência, ao reconhecer a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). (Brasil, 2017, p. 11)

Curioso é ver que nos inúmeros documentos acerca da educação e na própria história da educação brasileira atribui-se a desigualdade à falta de oportunidades e a uma educação deficiente, porém essa falta de oportunidades e educação deficientes são consequências de uma história feita de injustiça e baseada na desigualdade. Costumamos atribuir à educação a tarefa da emancipação dos cidadãos. Jacques Rancière, para definir o que entende por emancipação, recorre à noção estabelecida

---

da própria cultura (Freire, 2001, p. 50). O autor ainda salientou em seus livros o fenômeno do poder e a dialética que marca a opressão como fenômeno social e político (Freire, 1974, p.30).

18 Afirmação das autoras baseada na interpretação dos textos de Paulo Freire.

a partir da formulação de Joseph Jacotot, educador e pensador da emancipação intelectual do século XIX, e cuja obra de Jacques Rancière, *O mestre ignorante* (2010) considera contribuir para o debate sobre educação na França da década de 80 que ocorre em torno da obra do sociólogo Pierre Bourdieu. Este denunciava a violência instalada no âmago da prática educativa que reproduzia infinitamente a desigualdade que pretendia eliminar. A sociologia de Bourdieu tira duas consequências contraditórias da situação: propõe a redução das desigualdades pela explicitação das regras do jogo e pela racionalização das formas de aprendizagem; e enuncia a vanidade de qualquer reforma, fazendo dessa violência simbólica um processo que reproduz indefinidamente suas condições de existência. Da sociologia de Bourdieu na França os reformistas extraíram um programa que visava reduzir as desigualdades<sup>19</sup>, mas que continuava reafirmando a situação de inferioridade e pobreza daqueles a quem essas práticas eram dirigidas. A obra de Jacotot coloca uma outra perspectiva na discussão já que em primeiro lugar questiona, pela sua própria prática, o círculo vicioso em que se encontra a sociedade pedagogizada. A escola para ele tem o poder de transformar a sociedade desigual em igual e de reduzir a “fratura social”. A sociedade atual não reconhece a desigualdade e a divisão de classes, mas se reconhece como homogênea, homogeneização essa que se deve ao ritmo da produção e multiplicação das mercadorias e da participação de todos nas “fruições e liberdades” (Rancière, 2010, p. 14). A sociedade se vê com a função de igualar todos segundo critérios advindos da produção. E é tarefa da escola igualar, diminuir a distância entre a igualdade propalada e a desigualdade existente. Para Rancière “a emancipação é a saída de uma situação de minoridade. Menor é aquele que tem necessidade de ser guiado para não se desviar ao seguir seu próprio senso de orientação” (Rancière, 2010, p. 232). A essa lógica que parte do princípio da desigualdade, Jacotot opõe o princípio igualitário que parte de dois axiomas: 1) a igualdade não é uma finalidade; 2) há somente uma inteligência.

Jacotot é um educador do século XIX que rompe, com sua proposta de Educação Universal, com o “pressuposto pedagógico da dualidade das inteligências”. Um rompimento também com a lógica social segundo a qual as posições sociais são distribuídas de acordo com a aptidão natural ou própria, proposição cuja origem encontra-se em Platão (1996).

Recorremos aqui a Rancière para que com essas afirmações nos abram a possibilidade de inserir o tema da formação do professor. Se como afirma a BNCC a “educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica”,

---

19 Mesma intenção explicitada na BNCC de 2017 do Brasil.

é necessário que o professor possa ter acesso a esse desenvolvimento, ou possa desenvolver em si todos esses aspectos.

Está prevista na BNCC a “formação inicial e continuada” dos professores para que estes possam se alinhar às diretrizes e esta formação corresponde à regulação do ensino superior (Brasil, 2017, p. 15). Porém um exame das Instituições de Ensino Superior (IES) nos mostra que esse objetivo está longe de ser atingido.

O sucateamento das universidades públicas - diminuição de investimentos, queda no número de docentes - e a ênfase na pesquisa tecnológica com interesses específicos indica pouco investimento na área educacional e nas áreas das ciências humanas, essenciais para que o compromisso da BNCC possa vingar. Por outro lado temos a proliferação de IES privadas que acabam por entrar no vácuo deixado pelas instituições públicas oferecendo cursos superiores de curta duração para atender a demandas do mercado - demandas por mão de obra mais qualificada - por um lado, e por outro, para atender a um público que não é atendido pelas universidades públicas, seja por conta do número de vagas, seja pelo nível de exigência dessas instituições nas quais ainda a maioria que ingressa são os estudantes de classe média e alta (Goldberg, 1993).

A base da educação das crianças e jovens brasileiros está fundada na ideia do desenvolvimento de competências:

Segundo a LDB (Artigos 32 e 35), na educação formal, os resultados das aprendizagens precisam se expressar e se apresentar como sendo a possibilidade de utilizar o conhecimento em situações que requerem aplicá-lo para tomar decisões pertinentes. A esse conhecimento mobilizado, operado e aplicado em situação se dá o nome de competência. (Brasil, 2017, p. 15)

Professores são formados nessa linha, e é isso o que eles transmitem aos alunos. A educação baseada no desenvolvimento de competências vai na direção contrária do desenvolvimento das capacidades inerentes. Ela significa mais um adestramento na medida em que desenvolver competências para adequação à solução de situações determinadas significa produzir nas crianças e jovens o senso de que o mundo é assim mesmo. Uma coisa é a consciência de que vivemos numa sociedade, e esta tem regras de funcionamento para que as associações sejam justas e produtivas, atendam às necessidades de todos - o que deveria ser o sentido de sociedade. Outra coisa é fazer com que jovens e crianças aceitem uma realidade que lhes é desfavorável. Educar também não significa incitar a rebelião e o desprezo pelo social, mas valorizar o que o mundo social tem de bom: a associação para o sucesso, o aprendizado e o crescimento de todos.

Em tese nenhum documento oficial nega estas afirmações, porém a prática revela uma distância incomensurável entre o que teoricamente se propugna, e o que realmente se faz. Se as “referências legais têm orientado a maioria dos Estados e Municípios na construção de seus currículos” (BNCC, 2018: 16), o entendimento do que essas referências significam é diversificado. Além disso, o desenvolvimento de competências é visto como aplicação técnica. Afirma-se no documento que

a noção de competência é utilizada no sentido da mobilização e aplicação dos conhecimentos escolares, entendidos de forma ampla (conceitos, procedimentos, valores e atitudes). Assim, ser competente significa ser capaz de, ao se defrontar com um problema, ativar e utilizar o conhecimento construído. (BNCC, 2018, p. 16)

Porém o conhecimento ativado acaba girando em torno de questões técnicas, que não levam em conta princípios primeiros da ética. Solucionar um problema não significa ativar potencialidades latentes que poderiam ser amplamente desenvolvidas. No livro *O mestre ignorante* Rancière afirma que a educação no atual sistema se funda na lógica da desigualdade. Ao contrário do que comumente pensamos, a educação que se pretende emancipadora segue a lógica progressista do iluminismo. Nela o mestre é o Capital. É ele que instrui jovens e trabalhadores ignorantes, e professores e que os prepara para uma igualdade a ser alcançada no futuro bem distante e/ou à lógica reativa antiprogressista que identifica as formas modernas da experiência vivida ao triunfo do individualismo sobre a comunidade. É necessário colocar em questão essas formas de contaminação, assim como as descrições dominantes do mundo dito pós-moderno. É verdade que há um grande crescimento do consumo de tecnologia e maior acesso de pessoas até então alijadas dessa forma de comunicação, porém temos por outro lado uma outra forma de precariedade: a formação dos consensos via meios de comunicação e a destruição de sistemas de solidariedade – substituídos por redes e listas de comunicação rápida- que colocam um grande número de pessoas em situação de incerteza com relação aos rumos da sociedade na qual vivem (vide os movimentos nos países europeus como Espanha, França e Grécia). A solução de tais impasses não se dá pela identificação e solução de problemas pontuais. É claro que estes podem e devem ser um dos focos, mas se não houver a identificação clara do modo como as conexões entre processos históricos e estratégias de evolução são feitas, continuaremos rodando em círculos.

## Conclusão

Quando lemos quais as competências a BNCC adota não conseguimos discordar. A BNCC assume que a

educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza<sup>20</sup>

As dez competências adotadas (Brasil, 2017, pp. 18-19) afirmam a importância dos conhecimentos historicamente construídos, do conhecimento científico, do senso ético e estético, da importância da linguagem (verbal, oral e escrita) em todas as suas formas e especializações (artística, científica, comunicacional) e das tecnologias, afirma a importância da diversidade cultural, do diálogo e da argumentação, da auto estima e da relação com os grupos sociais, a importância da cooperação e do respeito, e da ação autônoma e responsável.

Nossa pergunta aqui é: como promover tudo isso numa educação deficiente, à qual faltam recursos materiais e humanos? Recursos materiais são as escolas. Mesmo nos grandes centros temos escassez material por conta do desgaste e do desperdício de recursos. Nas regiões mais pobres faltam prédios, assentos, material escolar. Os recursos humanos são os professores, uma profissão há muito desconsiderada pelos inúmeros governos e pela sociedade, já que a remuneração desses profissionais está longe do desejável<sup>21</sup>. Nessas condições tão desfavoráveis, a frase de Rousseau nas primeiras páginas do *Emílio*, parece impossível:

nascemos fracos, temos necessidade de forças; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência; nascemos estúpidos, temos necessidade de juízo. Tudo aquilo que não temos quando do nosso nascimento e do qual temos necessidade quando grandes, nos é dado pela educação (Rousseau, 1969, p. 267).

Esse descompasso aponta para uma inverdade desde sempre afirmada: a educação é o grande instrumento de ascensão social, uma vez que auxiliaria a distribuição de novas oportunidades e de renda. Esse continua a ser um horizonte distante, porque a realidade política, econômica e social do país é bem diferente. A hegemonia econômica decorrente do progresso técnico-científico e promotora do desenvolvimento da vida social e política, ainda está vigente a continua a exigir a supremacia do mercado, uma

20 A BNCC cita aqui Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2017)

21 É possível obter alguma informação sobre os salários dos professores do Ensino Fundamental nos seguintes websites: <http://www.apecesp.org.br/salario-base/>; <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/piso-salarial-do-professor>; <https://www.cnte.org.br/>

vez que possui novos mecanismos a coordenar as ações. A afirmação do mercado e da burocracia determinam, assim, as relações sociais, por meio do dinheiro e do poder econômico e político que reduzem homens e mulheres a mera peça de uma engrenagem autônoma. cujos fins não são as necessidades humanas.

Através dos meios dinheiro e poder, os subsistemas da economia e do estado são diferenciados fora de um complexo institucional estabelecido dentro do mundo da vida; surgem domínios de ação formalmente organizados [grifo do autor] que, em última análise, não são mais integrados através dos mecanismos de entendimento mútuo mas que se desviam dos contextos do mundo da vida e congelam-se num tipo de sociabilidade livre de normas.

Com essas novas organizações surgem perspectivas sistêmicas, das quais o mundo da vida é distanciado e percebido como um elemento do meio ambiente do sistema. As organizações ganham autonomia através de uma demarcação que as neutraliza frente às estruturas simbólicas do mundo da vida. Tornam-se peculiarmente indiferentes à cultura, à sociedade, e à personalidade. (Habermas, 1987: 307).

Como resultado dos processos políticos, a educação é um fragmento da política<sup>22</sup>. Dessa forma, como seria possível afirmar uma escola promotora da igualdade em uma sociedade profundamente desigual e dominada pelo mercado? Seria necessário um cenário democrático no qual o confronto da igualdade com suas contradições fosse possível. O ensino fundamental e médio, tornou-se um amplo campo de adstramento intelectual cujo objetivo é treinar o aluno como prestador do vestibular.

## Referências

- Brasil (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Obtida de [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)
- Brasil (2014). Plano Nacional da Educação, Lei Nº 13.005/2014. Obtido <http://pne.mec.gov.br/>
- Brasil (2017). Base Nacional Comum Curricula (BNCC) – A educação é a base. Obtido de <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base/>
- Boto, C. (2003). Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. *Revista Educação e Sociedade*, 24(84), 735-762.
- Condorcet, M. (1994) Cinq mémoires sur l'instruction publique. Paris: Garnier-Flammarion.

- Freire, P. (1968). La concepción bancaria de la educación y la deshumanización, la concepción problematizadora de la educación y la humanización. In *Cristianismo y Sociedad, Montevideo, suplemento*, (pp. 17 – 25).
- Freire, P. (1974). *Pedagogia do Oprimido* (5ª ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2001). *Política e Educação* (8ª ed). São Paulo: Editora Cortez.
- Goldenberg, J. (1993). O repensar da educação no Brasil. *Estudos Avançados*, 7(18): 65-137.
- Habermas, J. (1987). *The theory of communicative action. Vol 2. Lifeworld and system: A critique of functionalist reason*. Boston: Beacon Press.
- Habermas, J. (2002). *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (1996). *Estatísticas da Educação Básica no Brasil*. Retirado de <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Estat%C3%ADsticas+da+educa%C3%A7%C3%A3o+b%C3%A1sica+no+Brasil/e2826e0e-9884-423c-a2e4-658640ddff90?version=1.1>
- Martins, A. C. P. (2002). Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cirúrgica Brasileira*, 17(Supl. 3), 04-06. <https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>
- Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica (2013). *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI. Obtido de [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192)
- Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental (1997). *Parâmetros curriculares nacionais*. <http://portal.mec.gov.br/pnld/195-secretarias-112877938/seb-educao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-10-a-4o-series>
- Ordine, N. (2016). *A utilidade do inútil: um manifesto* (L. C. Bombassaro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Platão (1996). *República*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Rancière, J. (2010). *O mestre ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual*, trad. Lilian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica.
- Rousseau, J.J. (1969). *Émile. Oeuvres Complètes*. 5 vols. Paris: Gallimard.
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2017). *Caderno de Educação em Direitos Humanos. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais*. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Retirado de [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=32131-educao-dh-diretrizesnacionaispdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educao-dh-diretrizesnacionaispdf&Itemid=30192)
- Singer, H. (2020). *Afinal, o que os brasileiros precisam saber?*, Retirado de <http://educacaointegral.org.br/reportagens/afinal-o-que-os-brasileiros-precisam-saber/>
- Teixeira, A. (2007). *Pequena Introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ.